

Atraso no Proarco favoreceu incêndios

Entre junho e agosto, satélites registraram 45 mil ocorrências no território brasileiro

Juliano Basile Josiane Schulz*
de Brasília e Londrina

A falta de atividades preventivas é o principal motivo das queimadas que estão se espalhando pelo território brasileiro. As dificuldades vão desde o atraso na aprovação de projetos emergenciais pelo governo à ausência de créditos aos pequenos agricultores.

O Projeto Emergencial de Controle de Incêndios na Amazônia (Proarco), criado em julho do ano passado para combater o incêndio que devastou metade do estado de Roraima, só foi aprovado anteontem pelo Senado. O atraso não pode, no entanto, ser creditado inteiramente ao Legislativo, porque o governo federal demorou mais de um ano a remeter o Proarco ao Senado. Assim, o Brasil ficou sem a autorização para um grande volume de recursos do Banco Mundial (Bird) destinados ao controle das queimadas, o que só está se concretizando quando novos focos de incêndio proliferam pelo País.

"O Proarco praticamente ainda não funcionou", diz Aurélio Viana, secretário-executivo da organização não-governamental (ONG) Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) e coordenador da Rede Brasil, que acompanha os financiamentos internacionais para a área de meio ambiente. O programa tem o objetivo de equipar os órgãos do governo para atuar preventivamente contra os incêndios e funcionou, até hoje, com o orçamento de R\$ 5 milhões. "O que chama a atenção é que o Proarco demorou mais de um ano para chegar ao Senado", destaca Viana.

A despeito dos problemas governamentais, o fogo continua avançando pelo território brasileiro como substituto das técnicas agrícolas que o pequeno assentado não conhece. A queimada é muito utilizada para limpar o solo e nem todos os agricultores sabem como isolar o fogo.

"Temos que dar instrumentos ao agricultor para que ele diminua o uso do fogo", afirma Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra. Para ele, não há linhas de crédito suficientes para os agricultores e os postos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que teoricamente deveriam orientar as queimadas, nem sempre estão ao alcance dos assentados. Poucos dispõem de tratores para limpar ao redor do terreno antes das queimadas.

O Ibama informou que distribuiu, neste ano, mais de duas mil cartilhas sobre como fazer uma queimada

controlada para agricultores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Instituto argumenta que o requerimento de autorização para queimadas deve ser enviado pelos agricultores com 30 dias de antecedência para o órgão, que os ratifica sob critérios técnicos.

A presidente do Ibama, Marília Marreco Cerqueira, reconhece que os incêndios diminuiriam se fossem observadas as normas para a queimada, muito utilizada na agropecuária. O Instituto aplicou R\$ 96 mil em multas no mês passado por incêndios ilegais. A Lei dos Crimes Ambientais (nº 9.605) prevê penas de prisão (de três a seis anos) e multas

de até R\$ 5 mil aos infratores.

De junho a agosto foram registrados por satélite mais de 45 mil focos de calor (indicação de possibilidade de incêndio) no País, dos quais 63% estão nos estados do Mato Grosso e Pará. O Ibama enviou 20 toneladas de equipamentos para combate a incêndios e há 800 homens trabalhando junto aos corpos de bombeiros na força tarefa federal contra as queimadas. Outros 500 estão em alerta, em Brasília, para situações de emergência, segundo informou o Ibama.

O ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, disse on-

tem que não há risco de blecautes no País em decorrência das queimadas. "Estamos alertando a população para que ela tenha cuidado. As queimadas não têm causado um problema maior, mas deve-se evitar fazê-las, principalmente em locais onde há alguma torre de transmissão", disse o ministro. Tourinho Neto admitiu que ocorreram alguns desligamentos, "embora limitados às áreas onde passam linhas de transmissão, não afetando o consumidor final de energia elétrica."

No estado do Paraná, os efeitos da estiagem, que já dura 60 dias em algumas regiões, e das geadas ocorridas no mês passado já estão causando prejuízos, com o surgimento de focos de incêndio em áreas de vegetação seca, que favorece a combustão.

Ontem, foram registrados dois grandes incêndios no sudoeste do estado. Até o início da noite, cerca de 250 hectares da reserva indígena de Mangueirinha haviam sido queimados, apesar do esforço de índios e soldados do Corpo de Bombeiros de Cascavel e Coronel Vivida para controlar o incêndio, evitando que atinja uma mata de araucárias. Na reserva, com 17,2 mil hectares, vivem 1,5 mil pessoas.

Outro incêndio, iniciado em matas de araucárias em Honório Serpa, a 150 quilômetros de Cascavel, colocou em alerta os bombeiros e a Po-

lícia Florestal da região, por temerem que o fogo fuja do controle e acabe atingindo o Parque Nacional do Iguaçu, que faz fronteira com algumas áreas que estão queimando.

Conforme informações da Defesa Civil paranaense, os incêndios em Rio Bonito e no Parque Nacional da Ilha Grande estão controlados e devastaram áreas de 600 e 50 mil hectares, respectivamente. Segundo a diretora do Parque Nacional de Ilha Grande, Maudi Joslin Motta, o fogo ainda resiste em uma frente de 2 quilômetros, mas está sob controle. Ho-

je, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, deverá sobrevoar o parque para conhecer as dimensões dos estragos. Dois terços do parque foram de-

vastados pelo fogo.

Também ontem, os incêndios causaram dois desarmes do sistema de energia elétrica no estado. "Mas não chegou a faltar energia", informou Ana Rita Xavier Hajmussi, engenheira de operação do sistema da Companhia Paranaense de Energia (Copel). As quedas aconteceram entre o Salto Santiago e Itá e entre Foz de Areia e Curitiba.

Para manter limpas as faixas de passagens dos 6,5 mil quilômetros de linhas de transmissão, para facilitar o trabalho de manutenção e evitar queimadas, a Copel gasta R\$ 300 mil por ano, em média.

(* da Gazeta Mercantil do Paraná)



Rodolpho Tourinho Neto

Somente no mês passado, o Ibama aplicou multas no valor de R\$ 96 mil a agricultores, por incêndios ilegais

Data 3-5/9/99
 Class
 gm
 AG